



Revista Educação e (Trans)formação
Journal Education and (Trans)formation

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA-TEA: CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA PSICOLÓGICA

Valdiane Pereira da Silva

Centro de Atenção Psicossocial - CAPS Vereador Oliveiro Torres – Igaci/AL
valdiane180.pereira@gmail.com

Graciele Oliveira Faustino

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)
gracipsi@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo objetivou promover discussões inerentes ao processo de inclusão escolar dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), investigando as contribuições da Psicologia nesse processo. Para cumprir tal escopo iniciamos com um apanhado acerca da inclusão, perfazendo uma elucidação sobre a Política Nacional de Educação Inclusiva e tecendo as considerações, da ciência psicológica, elencadas pelos autores das publicações selecionadas. Essa discussão é trazida a partir de uma pesquisa bibliográfica, a qual o levantamento de literaturas publicadas foi realizado por meio dos principais sites de busca atuais, nos referimos, SCIELO (ScientificElectronic Library Online), PEPSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) no intervalo entre maio e setembro de 2019, utilizando como descritores: autismo, inclusão e psicologia. Desse modo no portal BDTD apareceram 52 publicações, entre teses e dissertações, no SCIELO 13 e na PEPSIC foram encontradas 8071. Para discussão foram selecionados 10 artigos que em seus resumos mencionavam a Psicologia e a inclusão dos alunos com TEA. A partir das análises dos trabalhos selecionados, é possível dizer que a Psicologia contribui com instrumentos e métodos para os processos educacionais/escolares dos alunos com TEA.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Transtorno do Espectro Autista – TEA. Psicologia.

SCHOOL INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTIST-TEA SPECTRUM DISORDER: CONTRIBUTIONS FROM PSYCHOLOGICAL SCIENCE

Abstract: This article aimed to promote discussions inherent to the school inclusion process of students with Autism Spectrum Disorder (ASD), investigating the contributions of Psychology in this process. To fulfill this scope, we start with an overview of inclusion, making an elucidation about the National Policy of Inclusive Education and weaving the considerations, of psychological science, listed by the authors of the selected publications. This discussion is brought up from a bibliographic research, which the survey of published literature was carried out through the main current search sites, we refer to, SCIELO (ScientificElectronic Library Online), PEPSIC (Electronic Journals in Psychology), and BDTD (Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations), using as descriptors: autism,

inclusion and psychology. Thus, 52 publications appeared in the BDTD portal, including theses and dissertations, in SCIELO 13 and PEPSIC 8071 were found. For discussion, 10 articles were selected that in their abstracts mentioned Psychology and the inclusion of students with ASD. From the analysis of the selected works, it is possible to say that Psychology contributes instruments and methods to the educational / school processes of students with ASD.

Keywords: School inclusion. Autistic Spectrum Disorder - ASD. Psychology.

INTRODUÇÃO

Nos tempos hodiernos a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no nosso país parece responder a uma demanda que emergiu de um longo período de exclusão e segregação, e, por conseguinte, inviabilizava o pleno desenvolvimento das pessoas vistas como incapazes. Parafraseando Souto: “[...] nos séculos XVII e XVIII, é possível notar que se evidenciam teorias e práticas sociais de discriminação, promovendo infinitas situações de exclusão” (SOUTO, 2014, p. 16).

Como é sabido, até recentemente, por volta do início do século XXI, o sistema educacional dividia-se em escola regular e escola especial. Os alunos considerados “normais” eram matriculados na rede regular, enquanto os que apresentavam algum tipo de deficiência, nas escolas especiais.

Objetivamos promover discussões inerentes ao processo de inclusão escolar dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), investigando as contribuições da Psicologia nesse processo. Para tanto realizamos uma busca entre maio a setembro de 2019 em base de dados, que consideramos relevantes para essa pesquisa, a saber: SCIELO (Scientific Electronic Library Online), PEPSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações).

Ademais, utilizamos como descritores: autismo, psicologia e inclusão. Como as publicações encontradas foram diversas, selecionamos aquelas que em seus resumos e palavras-chave fazem menção à psicologia e inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista.

UMA DISCUSSÃO SOBRE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

A partir do século XX emergiu em nível mundial a defesa de uma sociedade justa, equânime e inclusiva. No contexto educacional, fortaleceram-se críticas inerentes às práticas de categorização e segregação de estudantes até então encaminhados para ambientes especiais. A necessidade de elaboração e implantação de ações voltadas à universalização ao acesso à educação formal tornou-se cada vez mais imprescindível, suscitava-se então a oferta da educação infantil nas redes públicas de ensino, assim como a estruturação do atendimento às demandas de alfabetização de jovens e adultos numa concepção democrática e inclusiva.

É sabido que a inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência é algo recente em nosso país. A discriminação nas escolas e nas sociedades, de um modo geral, restringia a escolarização a um grupo seletivo e homogêneo, ou seja, aqueles que apresentassem quaisquer diferenças ao modelo padrão referendado historicamente eram excluídos das atividades e do convívio comum na sociedade.

Essa mudança, ainda que lenta, fomentou importantes avanços no cenário brasileiro, no que diz respeito à perspectiva inclusiva de educação. Referimo-nos, por exemplo, ao ganho que a Constituição Federal de 1988, garantiu aos indivíduos até então desprivilegiados:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 56).

Não podemos falar em inclusão enquanto nossa sociedade continuar munindo o paradigma de inclusão no qual só o indivíduo com alguma necessidade especial deve mudar e/ou adaptar-se à sociedade. Inclusão refere-se:

[...] processo de ajuste mútuo, onde cabe à pessoa com deficiência manifestar-se com relação a seus desejos e necessidades e à sociedade, a implementação dos ajustes e providências necessárias que a ela possibilitem o acesso e a convivência no espaço comum, não segregado (FERNANDES, 2011, p. 141).

Ademais, vale salientar que, para que a inclusão ocorra na sala de aula, faz-se necessário uma concepção de escola e de aluno nova na qual a inclusão não seja vista apenas como uma obrigação estipulada por leis e decretos. A escola, os professores, os alunos, a comunidade devem estar preparadas para lidar com as diferenças sejam elas físicas, mentais, intelectuais, ou seja, os alunos precisam ser acolhidos, independente das diferenças e/ou características individuais e demandas específicas apresentadas por cada um.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Comumente nos deparamos, no âmbito escolar, com a concepção de que a inclusão trata-se de mais um encargo designado pelo sistema educacional aos professores. Apesar dos benefícios que sua implementação trouxe para a sociedade, as preocupações e as dificuldades ainda são constantes.

Então, a fim de clarificar algumas dúvidas inerentes à educação inclusiva, iniciamos essa seção com a afirmativa de que toda e qualquer pessoa com necessidade educacional especial tem direito à Educação Inclusiva. A oferta dos serviços de saúde e assistência social correspondentes ao sistema especializado deve ser ofertada no período oposto ao ensino regular, na própria escola ou mesmo em centros especializados.

Outrossim, os sistemas de ensino precisam ser participantes da constituição dos campos que compõem a aprendizagem, considerando as diferenças individuais e corroborando no processo de ensino-aprendizagem, permitindo que os alunos desenvolvam suas habilidades.

Vale ressaltar que a Política Educacional vigente em nosso país é enfática ao prever que as escolas regulares ofertem de forma complementar e/ou suplementar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) (BRASIL, 2011). Para plena efetivação, no entanto, faz-se necessário que os professores do AEE e os professores das salas regulares trabalhem de forma colaborativa.

Nesse sentido temos documentos que dão suporte para a política educacional de inclusão, tais como a “Resolução nº 4, de outubro de 2009, que Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial e o Decreto nº 7.611/11” (BRASIL, 2011, p. 12).

Consoante ao Artigo 1º da Resolução nº4/2009, o Atendimento Educacional Especializado condiz à oferta de educação de qualidade nas salas de recursos multifuncionais ou em centros especializados da rede pública, cuja finalidade é complementar a formação dos alunos matriculados na rede regular de ensino. Nesta perspectiva o governo lançou o programa de salas de recursos multifuncionais, que diz respeito à “[...] um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais” (ALVES, 2006, p. 14).

A educação especial refere-se a uma modalidade de ensino, que abrange todas as etapas de ensino, sendo realizada por meio da oferta de atendimento educacional

especializado, disponibilizando recursos e serviços que subsidiem a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais nas salas comuns do ensino regular.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a educação especial deve ser cumprida a todos os educandos que apresentarem alguma necessidade especial, a saber:

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996).

Dentre as funções precípuas do atendimento educacional especializado podemos elucidar a identificação, elaboração e organização dos recursos pedagógicos de acessibilidade, promovendo a plena participação dos alunos. Esse atendimento complementa a formação do sujeito tendo em vista sua autonomia e independência em sala de aula e fora das dependências da escola (BRASIL, 2009).

Nesse viés, no processo de escolarização, esse atendimento deve estar intimamente relacionado com a proposta pedagógica do ensino comum. De modo que o atendimento educacional especializado precisa ser acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializados, sejam públicos ou conveniados (SOUTO, 2014).

Ainda respaldada na LDBEN, em seu artigo de número 59, evidenciamos que os sistemas de ensino devem assegurar currículos, métodos, técnicas e recursos educativos, além de professores com especialização adequada para o atendimento especializado. (BRASIL, 1996).

Precisamos banir definitivamente dos cenários escolares, as barreiras atitudinais, as quais dão origem à discriminação e exclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas, e que, por conseguinte, referendam uma sociedade retrógada e disseminadora de padrões estigmatizadores.

Desse modo o acesso à educação deve ter início na educação infantil, na qual se desenvolve a base necessária para construção do conhecimento da vida como um todo do aluno. Estratégias devem ser traçadas para que os alunos, dentro de suas especificidades, desenvolvam os aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais. Outro

aspecto relevante a ser trabalhado é a convivência com as diferenças, de forma que esta venha a favorecer as relações interpessoais, o respeito e a valorização da diversidade.

Cabe ao professor fomentar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso de tecnologias específicas, a depender de sua necessidade especial. Contudo, é patente aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Diante de demandas tão complexas e específicas que permeiam a educação inclusiva, o professor que atua na educação especial deve ter em sua formação, inicial e continuada, conhecimentos inerentes ao exercício da docência e conhecimentos específicos da área.

Tal formação assegura que a atuação no atendimento educacional especializado abarque a interatividade e interdisciplinaridade nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, assim como nos centros de atendimento educacional especializado.

Ademais carecemos buscar subsídios para garantir a implementação de políticas públicas, a fim de que projetos sejam desenvolvidos e direitos sejam respeitados. Os sistemas de ensino precisam organizar condições favoráveis ao acesso à educação, promovendo a aprendizagem e a valorização das diferenças, atendendo às necessidades educacionais especiais de todos os alunos sem restrição.

Destarte a acessibilidade deve ser assegurada diante a eliminação de barreiras tanto arquitetônicas, urbanísticas – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras atitudinais – nas comunicações e nos comportamentos.

BREVE DISCUSSÃO SOBRE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Desde os tempos hipocráticos, nos quais os diagnósticos eram eminentemente empíricos, a visão psiquiátrica se balizava pelo olhar médico. Assim, o diagnóstico era formulado através da observação, categorização e descrição das enfermidades em seus sinais e sintomas, o que por sua vez, possibilitava a identificação das causas, da evolução e em concomitância o planejamento terapêutico da psicopatologia. As primeiras classificações tinham objetivo primordialmente estatístico, categorizavam os transtornos mentais, grosso modo, de idiotia e/ou loucura. Mais tarde essa classificação foi organizada em sete categorias, a saber, mania, melancolia, monomania, paresia, demência, dipsomania e epilepsia.

A dificuldade de comunicação corresponde a gestos, expressões faciais, linguagem corporal, e linguagem verbal. Existem crianças com espectro autista que apresentam

linguagem verbal, contudo expressam dificuldades em outra via de comunicação. Há casos também que crianças possuem linguagem verbal, mas repetem o que lhes foi dito, esse fenômeno é denominado de ecolalia imediata. Ou repetem aquilo que lhes foi dito há horas, a isso chamamos de ecolalia tardia (MELLO, 2007).

Ao longo dos anos o termo “autismo” sofreu diversas alterações, sendo nos tempos hodiernos denominado de Transtorno do Espectro Autista (TEA). As características predominantes do espectro são prejuízos na comunicação e interação social (APA, 2014).

É comum, outrossim, dificuldade do uso da imaginação, isto é, caracteriza-se pela rigidez e inflexibilidade em áreas como pensamento, linguagem e comportamento. Podemos elucidar com casos de crianças que apresentam comportamentos obsessivos e ritualísticos, falta de aceitação às mudanças e dificuldades em processos criativos.

Faz-se necessário que o diagnóstico seja realizado através de uma avaliação do quadro clínico por um profissional com formação em medicina. Como não existem testes laboratoriais para detectar o TEA, diz-se que não apresenta um marcador biológico. Não obstante para instrumentalizar e uniformizar o diagnóstico foram criadas escalas critérios e questionários.

Os critérios diagnósticos do TEA, assim com de outros transtornos, são apresentados em manuais específicos, tais como o Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM). Sua primeira edição, o DSM-I, foi lançada em 1953, com o escopo de organizar os transtornos em uma lista clínica, a qual era acompanhada com um glossário descritivo de cada diagnóstico. A posterior, o DSM-II pincelou discretas mudanças terminológicas, mantendo o mesmo objetivo e organização estrutural. Somente em 1980 a APA (Associação Psiquiátrica Americana) viabilizou a terceira versão, com mudanças significativas no que se refere a questões metodológicas e estruturais, permitindo aos clínicos e pesquisadores um acervo explícito quanto às categorias, além de facilitar na coleta de dados estatísticos.

Com o crescente número de pesquisas bem como revisões bibliográficas e testes de campo foi possível, em 1994, a APA publicar a quarta versão do DSM. Ademais sob o escopo de fornecer uma classificação ainda mais segura tanto para aplicação em pesquisas quanto na atuação clínica, a APA lançou sua mais recente versão, o DSM-V. As mudanças perpassam a inclusão e/ou exclusão bem como a reformulação de diagnósticos.

No que diz respeito ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) o diagnóstico é clínico e considera que o indivíduo deve apresentar determinados padrões de comportamento. De acordo com o DSM-V para o diagnóstico do TEA o paciente deve preencher 3 critérios, a

saber: 1. Déficits clinicamente significativos e persistentes na comunicação social e nas interações sociais, manifestadas de todas as maneiras seguintes. 2. Déficits expressivos na comunicação não verbal e verbal usadas para interação social; 3. Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades.

Percebe-se que o TEA apresenta uma variabilidade em termos de comportamento, cognição e mecanismos biológicos. Por tais razões é considerado um grupo heterogêneo com etiologias distintas. A partir do diagnóstico (precoce) a intervenção é fundamental haja vista que se faz necessário à aquisição dos repertórios de comunicação, socialização e autonomia da criança.

Ademais o TEA é considerado uma condição clínica de natureza multifatorial, resultado de fatores genéticos, hereditários e ambientais. Estudos indicam que cerca de 20% dos casos são denominados de autismo sídrônimo atribuídos a doenças monogênicas. Os demais casos (80%) são denominados de autismo não sídrômico e são o foco dos estudos e inovações tecnológicas de sequenciamento (MELO, 2007).

Destarte, a fim de cumprimos o objetivo desta pesquisa realizamos um levantamento de publicações que abarcam a os descritores autismo, inclusão e psicologia, para tanto, utilizamos como critério de seleção os artigos que já em seus resumos explicitavam os descritores supracitados.

OS ESTUDOS SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NA REDE REGULAR CONSIDERANDO A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NESSE PROCESSO

Sob o escopo de investigar as contribuições da psicologia para a inclusão escolar de pessoas com transtorno de espectro autista – TEA, foi realizado um levantamento bibliográfico, de pesquisas e produções acadêmicas, na área da Educação e Psicologia. A busca sistemática dos dados se deu entre setembro e outubro de 2019, no Portal de Periódicos SCIELO (Scientific Electronic Library Online), no PEPSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e no BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) com o intuito de identificarmos publicações inerentes à temática. Para tanto, foram utilizados como descritores: autismo, psicologia e inclusão.

No processo de seleção dos artigos percebemos que muitas publicações apareceram, por isso, estabelecemos como critério aqueles trabalhos que em seus resumos e/ou palavras-chaves faziam menção à Psicologia no processo de inclusão dos alunos com TEA.

Desta maneira, no portal BDTD aparecerem 52 publicações, entre teses e dissertações, no SCIELO, 13, e na PEPSIC foram encontradas 8071. Para discussão desde trabalho selecionamos 10 artigos aleatórios que em seus resumos já evidenciavam as categorias utilizadas como critério e supracitadas.

A priori apresentamos os artigos selecionados dispostos em um quadro a seguir (Quadro 1), clarificando os autores, título, ano de publicação e como discutem as contribuições da Psicologia no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista – TEA.

Vale destacar que existe um número significativamente maior concernente a discussão do TEA no âmbito da inclusão escolar, contudo o objetivo precípua desta pesquisa refere-se a promover discussões inerentes ao processo de inclusão escolar dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), investigando as contribuições da Psicologia nesse processo. Por isso nos debruçaremos no quadro a seguir:

Quadro 1. Publicações sobre as contribuições da psicologia na inclusão de alunos com Transtorno de Espectro Autista

AUTOR/A(S)	TÍTULO	ANO	COMO DISCUTEM AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM ESPECTRO AUTISTA – TEA
BENITEZ, Priscila; DOMENICON, Camila	Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual	2018	O estudo avaliou a aprendizagem de leitura e escrita de dois grupos de estudantes com DI e TEA. O psicólogo desempenhou a função de apoio e suporte às intervenções aplicadas pelos professores e pais. A pesquisa contemplou uma programação de ensino detalhada em pequenos passos com fornecimento de consequências imediatas a cada acerto.
QUEIROZ, Maria Conceição Cordeiro; TAKEI, Roberta Ferreira; RAPOLD, Rita de Cássia Maskell	O psicólogo escolar como mediador no processo de aprendizagem das crianças autistas	2016	Identifica o psicólogo como um mediador no processo de aprendizagem, compreendendo como o autismo afeta a criança e analisando a função e didática escolar direcionada a esse público. O psicólogo é visto como agente participativo, e a mediação compreendida como um fator potencializador capaz de

			promover a inclusão.
DIAS, Nadla dos Santos	Autismo: Estratégias de intervenção no desafio da inclusão no âmbito escolar, na perspectiva da Análise do Comportamento	2017	As contribuições discutidas na pesquisa se balizam no método da Análise do Comportamento Aplicada – ABA. O primeiro passo da intervenção apontada é a avaliação das habilidades que o aluno apresenta. Outra avaliação é a de preferência (brinquedos, jogos, desenhos, alimentos, atividades) que possam ser utilizados como reforçadores no ensino. Outra técnica utilizada é o reforço positivo para ensinar habilidades.
BARBOSA, Altemir José Gonçalves; CONTI, Carolina Ferreira	Formação em Psicologia e educação inclusiva: um estudo transversal	2011	Consoante a pesquisa o psicólogo contribui no processo de inclusão por meio de trabalhos e orientações com pais e professores, mostrando os benefícios da educação inclusiva, além de desenvolver programas individuais e realizar adaptações curriculares.
SOUZA, Helen Cristina	TEA, Psicologia escolar e inclusão: clarificando papéis	2016	O papel do psicólogo escolar (como pertencente ao corpo docente ou ao meio administrativo) em conjunto com a equipe, colabora com o corpo docente e técnico na elaboração, implantação, avaliação e reformulação de currículos, de projetos pedagógicos, de políticas educacionais e no desenvolvimento de novos procedimentos educacionais. No âmbito administrativo, contribui na análise e intervenção no clima educacional, buscando melhor funcionamento do sistema que resultará na realização dos objetivos educacionais (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007).
DUTRA, Marília; SILVA, Camila Mendes de Melo; SILVA, Geane Fernandes; OLIVEIRA, Monalisa Lucena de Almeida;	Contribuições do psicólogo educacional na escolarização de crianças autistas	2016	A pesquisa aponta o método TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children) como instrumento no aperfeiçoamento da comunicação como aspecto facilitador para a escolarização dessas crianças. Esse sistema foi criado para encorajar

AMORIM, Betânia Maria Oliveira			a interação, aperfeiçoar a linguagem, o aprendizado e reduzir comportamentos inapropriados na escola.
TATSCH, Michele Finger; CANEDA, Cristiana Rezende Gonçalves	Aplicações da Psicologia no processo de inclusão escolar do aluno com (TEA)	2019	A psicologia na discussão elencada pelas autoras contribui no processo de inclusão quando o profissional orienta a equipe educadora na busca de instrumentos, recursos e uma educação continuada sobre o TEA, promovendo o desenvolvimento global do aluno e da comunidade escolar.
SILVA, Lilian Fernandes	Contribuições da Análise do Comportamento ao processo de inclusão de alunos diagnosticados de TEA no Rio de Janeiro	2019	A autora incita que a ciência psicológica deve reunir pais, professores e aluno e funcionário no processo de inclusão a fim de promover a aprendizagem.
SANTOS, Aline de Almeida	Inclusão Escolar de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista: Significados e Práticas	2016	A pesquisa adota a perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano. A autora se referencia nos pressupostos de Vigotski “As crianças com TEA devem ser estimuladas por meio de recursos pedagógicos específicos, que a auxiliem no desenvolvimento de novas competências e habilidades, respeitando suas singularidades” (1997). No entanto, destaca que a psicóloga não intervém no processo de inclusão das crianças com TEA, visto que em nenhum momento da observação e das entrevistas ela foi citada como um agente nesse processo. É necessário refletir e reinventar o papel do psicólogo no espaço escolar, para que ele possa contribuir efetivamente no processo de inclusão de crianças com TEA.
PEDROSA, Débora Helen Alves;	O transtorno do Espectro Autista (TEA) e a	2016	Consoante às autoras as contribuições da Psicologia dizem respeito ao manejo de habilidades como a

SANTIAGO, Débora Maiara Gonçalves; SEDÍCIAS, Érica Gomes; SILVA, Layane Monique	inclusão escolar		comunicação verbal inserindo atividades lúdicas, jogos com regras e contos de histórias, comunicação aumentativa e alternativa (CAA) para desenvolver a linguagem oral, aonde as sessões vão diminuindo sistematicamente à medida que os resultados aparecem. Há ainda o método denominado de Tratamento e Educação para Criança Autista e com Distúrbios Correlatos da Comunicação (TEACCH) que consiste na organização do ambiente físico através de rotinas organizadas em quadros, painéis ou agendas e sistema de trabalho de forma a adaptação (PESSIM; HAFNER, 2011; DRUMMOND, 2013).
---	------------------	--	--

Fonte: autoria própria

Consoante os artigos elencados percebemos que o profissional da psicologia se configura como parte fundamental no processo de inclusão de alunos com TEA. Os autores Dias (2017), Pedrosa (2016), Sedícias (2016), Santos (2019), Dutra (2016), Oliveira (2016) e Amorim (2016) convergem no uso de técnicas como o ABA e TEACCH como instrumentos facilitadores, bem como capazes de fomentar o desenvolvimento de habilidades e extinção de comportamentos inadequados.

Outros autores como Tatsch (2019) e Silva (2019) apontam que há contribuição da psicologia o papel de mediação entre pais, alunos e profissionais. Ou seja, como facilitadora no que se refere a indicar instrumentos facilitadores no processo de aprendizagem e desenvolvimento de alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Já Santos (2016) diverge quando elucida que o psicólogo não apresenta função no processo de inclusão, visto que durante sua pesquisa os outros profissionais que atuam no cenário escolar não menciona o profissional da psicologia em suas atividades com os alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a implementação de uma política inclusiva, que prioriza o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, indica um passo

relevante no processo de inclusão, fruto de um processo de luta das pessoas com deficiência e movimentos sociais.

Com a criação de uma rede pública que viabiliza e dá sustentação, a nossa meta de incluir todos os alunos torna-se uma obrigação ética do Estado para com seus cidadãos; garantir educação de qualidade a todos sem nenhum tipo de restrição, inclusive para os alunos com TEA.

Com este artigo buscamos apresentar as contribuições da ciência psicológica no processo de inclusão. Como já mencionado acima, selecionamos 10 (dez) artigos depositados em grandes bancos de dados de produções acadêmicas, como o SCIELO, BDTD e PEPsic. Como critério de seleção, destacamos as publicações que em seus resumos mencionavam a relação a da Psicologia na inclusão dos alunos com TEA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Álvaro Cabral. A Nova Classificação Americana Para os Transtornos Mentais – o DSM-5. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v.16, n.1, p. 67-82, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v16n1/v16n1a07.pdf>. Acesso em: 17 de junho de 2019.

BARBOSA, Altemir José Gonçalves; CONTI, Carolina Ferreira. Formação em Psicologia e educação inclusiva: um estudo transversal. **Revista semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v.15, n.2. p. 231-240. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v15n2/v15n2a05.pdf>. Acesso em set. de 2019.

BENITEZ, Priscila; DOMENICON, Camila. Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual. **Psicologia Escolar e Educacional**, v.22, n.1, p. 163-172. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v22n1/2175-3539-pee-22-01-163.pdf>. Acesso em set. de 2019.

DIAS, Nadla dos Santos. **Autismo: Estratégias de intervenção no desafio da inclusão no âmbito escolar, na perspectiva da Análise do Comportamento**. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0423.pdf>. Acesso em out. de 2019.

DUTRA, Marília; SILVA, Camila Mendes de Melo; SILVA, Geane Fernandes; OLIVEIRA, Monalisa Lucena de Almeida; AMORIM, Betânia Maria Oliveira. **Contribuições do psicólogo educacional na escolarização de crianças autistas**. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA5_ID2703_13102016140746.pdf. Acesso em out. de 2019.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático** / Ana Maria S. Ros de Mello; cola-6.edboração : Marialice de Castro Vatauvuk. . __ 6.ed. __ São Paulo : AMA ; Brasília : CORDE, 2007.

SANTOS, Aline de Almeida. **Inclusão Escolar de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista: Significados e Práticas.** Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/20228/4/Disserta%20c3%a7%20a3o%20Aline%20de%20Almeida%20Santos.pdf>. Acesso em set. de 2019.

SOUTO, Maricélia Tomaz de. **Educação inclusiva no Brasil: contexto histórico e contemporaneidade.** Disponível em:
<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5051/1/PDF%20-%20Maric%C3%A9lia%20Tom%C3%A1z%20de%20Souto.pdf>. Acesso em set.2019.

SOUZA, Helen Cristina. **TEA, Psicologia escolar e inclusão: clarificando papéis.** Disponível em:
<http://repositorio.faema.edu.br:8000/jspui/bitstream/123456789/708/1/SOUZA%2c%20H.%20C.%20%20TEA%2c%20PSICOLOGIA%20ESCOLAR%20E%20INCLUS%20O..%20CLARIFICANDO%20PAP%20c3%89IS.pdf>. Acesso em out. de 2019.

ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo. **Transtorno do Espectro Autista: A Importância do diagnóstico e reabilitação.** Caderno pedagógico, Lajeado, v. 12, n. 3, p. 188-199, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/SEVEN/Downloads/979-984-1-PB.pdf>. Acesso em jun. de 2019.

PEDROSA, Débora Helen Alves; SANTIAGO, Débora Maiara Gonçalves; SEDÍCIAS, Érica Gomes; SILVA, Layane Monique. **O transtorno do Espectro Autista (TEA) e a inclusão escolar.** Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_66.pdf. Acesso em out. de 2019.

QUEIROZ, Maria Conceição Cordeiro; TAKEI, Roberta Ferreira; RAPOLD, Rita de Cássia Maskell. **O psicólogo escolar como mediador no processo de aprendizagem das crianças autistas.** Disponível em:
<http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1UNIVERSOSALVADOR2&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=5494&path%5B%5D=2919>
<http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1UNIVERSOSALVADOR2&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=5494&path%5B%5D=2919>. Acesso em set. de 2019.

TATSCH, Michele Finger; CANEDA, Cristiana Rezende Gonçalves. **Aplicações da Psicologia no processo de inclusão escolar do aluno com (TEA).** Disponível em:
<file:///C:/Users/SEVEN/Downloads/2431-5115-1-PB.pdf>. Acessado em set.2019.

TULIO, Adriana Girelli; CASTANHA, André Paulo. **Diagnóstico precoce da criança com autismo.** Cadernos PDE, volume I, 2013. Disponível em:
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unioesteedespecial_artigo_adrianagirellitulio.pdf. Acesso em jun. de 2019.